ARTIGO

A HIPOTÉTICA INOBSERVÂNCIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

LA HIPOTÉTICA INOBSERVANCIA DE LA DIGNIDAD DE LA PERSONA HUMANA EN LAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

THE HYPOTHETICAL LACK OF RESPECT FOR THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON IN SOCIO-EDUCATIONAL UNITS

Juliana Alvarenga de Figueiredo¹
Heitor Benjamim Campos²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo evidenciar situações de inobservância ao princípio da dignidade humana nas unidades socioeducativas, revelando que a situação de violência institucional é um reflexo do tratamento destinado às crianças e adolescentes desde a Idade Média e que persiste na contemporaneidade. Os fundamentos utilizados para reforçar os argumentos foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica e relatos de observação de campo no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves.

PALAVRAS-CHAVE: Método socioeducativo. Violência institucional. Indignidade.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo evidenciar situaciones de incumplimiento del principio de la dignidad humana en unidades socioeducativas, revelando que la situación de violencia institucional es un reflejo del tratamiento dado a niños y

¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Fluminense. Email: ju.alvarenga.figueiredo@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGSP/UENF), Mestre em Sociologia Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2013). Possui experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Cinema, Movimentos Sociais e Educação. É integrante do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFF) coordenado pela profª Drª Maria do Socorro B. de Lima. Atualmente é professor do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU) nos cursos de Direito e Pedagogia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662116812560390> . Email: heitor.benjamim@gmail.com .

adolescentes desde la Edad Media y que persiste en la época contemporánea. Los fundamentos utilizados para reforzar los argumentos fueron recogidos a través de investigaciones bibliográficas e informes de observación de campo en el Centro Socioeducativo Professora Marlene Henrique Alves.

PALABRAS CLAVE: Método socioeducativo. Violencia institucional. Indignidad.

ABSTRACT:

This article aims to highlight situations of non-compliance with the principle of human dignity in socio-educational units, revealing that the situation of institutional violence is a reflection of the treatment given to children and adolescents since the Middle Ages and which persists in contemporary times. The foundations used to reinforce the arguments were raised through bibliographical research and field observation reports at the Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves.

KEYWORDS: Socio-educational method. Institutional violence. Indignity.

1 - INTRODUÇÃO

O debate sobre a dignidade da pessoa humana nas unidades socioeducativas tem se destacado no Brasil, uma vez que é um direito inerente ao ser humano garantido pela própria constituição cidadã brasileira e sua aplicação deve ser observada em todos os grupos sociais indiscriminadamente. Nesse sentido, a aplicação das medidas socioeducativas tornou-se um desafio crucial, já que os adolescentes merecem tratamento condizente à Doutrina da Proteção Integral. Por esse motivo, este artigo relata a forma de aplicação das medidas socioeducativas e a infraestrutura das unidades, sugerindo mudanças palpáveis.

No entanto, levando em conta o aumento de casos de inconformidade às normas constitucionais e infraconstitucionais que colocam os adolescentes em situações de violência e insalubridade, faz-se necessária a efetiva mudança de sua realidade, até porque há uma estimativa de 29% de reincidência nas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, de acordo o artigo produzido pelo Centro de Pesquisa do MPRJ. Dessa forma, é imprescindível a reformulação dessas medidas instrutivas para que estejam compatíveis com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a inserção dos jovens em ambientes organizados e salubres, já que o objetivo é executar exclusivamente um papel educativo para, assim, evitar futuros atos infracionais.

A reflexão acerca da dignidade da pessoa humana tem fundamento no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, que incumbe ao Brasil fundamentar suas ações neste princípio para ser possível constituir-se em Estado Democrático de Direito. Ocorre que ainda hoje é possível verificar a inobservância desse princípio fundamental em diversos setores da vida, com destaque na aplicação das medidas socioeducativas que, apesar do aparato legal, os métodos que deveriam ser utilizados para a reeducação do indivíduo não são cumpridos e, por consequência, não há que se falar em mudança de sua realidade, muito menos reeducar para diminuir as chances de reincidência.

Para elucidar a problemática abordada, a metodologia utilizada será a bibliográfica e relatos sobre observação de campo no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, unidade socioeducativa do Estado do Rio de Janeiro, a fim de entregar uma abordagem descritiva e qualitativa do ambiente estudado. A pesquisa bibliográfica objetiva a investigação de dados para se conhecer uma realidade, onde há um “[...] levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (Lakatos, 1992, p. 43). Já a pesquisa de campo é responsável por extrair informações do objeto de estudo por meio de base empírica que, segundo Uwe Flick, “diferentes objetivos podem ser buscados, variando desde uma descrição exata de um fenômeno até sua explanação ou a avaliação de uma intervenção ou instituição” (Flick, 2009, p. 18).

A presente pesquisa objetiva analisar hodiernamente a estrutura e organização da unidade socioeducativa e a aplicação na prática do método instrutivo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando apurar possíveis ilegalidades e evidenciar situações de inobservância ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em um primeiro momento será retratada a evolução histórica da institucionalização das unidades e na segunda seção será caracterizada a condição contemporânea das unidades socioeducativas por meio de obras e relatos de campo. A grande missão é entregar resultados satisfatórios com vistas a comprovar a inobservância ao princípio basilar do Estatuto da Criança e do Adolescente e alertar sobre a imprescindibilidade de soluções para a problemática enfrentada pelos adolescentes em conflito com a lei.

2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Nesta seção será relatada a evolução histórica da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil do período colonial, com reflexos do desmazelo desde a Idade Média, até a internalização da Teoria da Proteção Integral prevista na Constituição Federal (CRFB/88) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), a qual passa a enxergá-los como sujeito de direitos.

Na Idade Média as crianças e os adolescentes eram tratados como adultos, revelando responsabilidades inadequadas para suas idades e, por consequência, recebiam tratamentos impróprios. É possível visualizar nas artes medievais, as quais retratavam vestimentas adultas e corpos musculosos, até porque eram incluídos desde os sete anos na economia familiar. Ressalta-se que essa visão perdurou até o estabelecimento da propriedade privada que acabou por criar uma perspectiva familiar privada.

Já no Brasil, no período colonial, verifica-se o cenário de abandono de bebês e venda de crianças filhas de escravos, assim como era comum relatos de violência e abusos sexuais, fazendo surgir “uma imagem de autoritarismo e indignidade impostas por adultos às crianças” (Del Priore, 1991, p. 3). Neste sentido, a desconstrução do tratamento desumano às crianças e aos adolescentes leva centenas de anos até que seja alcançada a doutrina da Proteção Integral predominante hoje em nosso ordenamento jurídico.

A historiadora Mary Del Priore relata em sua obra *História da Criança no Brasil* que havia uma Roda de Expostos de bebês fruto de adultério, os quais eram deixados em locais frios e insalubres, vindo a falecer muitas vezes antes mesmo de serem colocados à exposição para envergonhar suas mães (Del Priore, 1991). A partir disso, no século XVIII surgiram as primeiras instituições religiosas de educação para órfãos e instaladas em vários locais do Brasil.

Passado o período, no século XIX surgem as “Casas de Correção” com a criação do Código Criminal em 1830, que passou a prever a possibilidade de responsabilizar “menores” a partir de catorze anos. Nesta instituição, as crianças e adolescentes acusados de cometer crimes ficavam reclusos como os adultos,

com a finalidade exclusivamente corretiva e repressiva de seus atos, já que eram vistos como delinquentes.

Em relação às crianças e adolescentes filhos de escravos, apesar da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, não se tinha conhecimento de instituições de acolhimento, ficando sob domínio dos senhores até os vinte e um anos de idade ou, então, eram entregues ao governo imperial para serem educados, alguns deles atendidos no Asilo de Meninos Desvalidos e a Colônia Orfanológica Isabel (Rizzini, 2004).

No século XX, iniciou-se grande mobilização voltada à infância, com a elaboração de leis para proteção e assistência, as quais inspiraram a criação do Juízo de Menores. Esse modelo de tribunal funcionava “como um órgão centralizador do atendimento oficial ao *menor* no Distrito Federal, fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família” (Rizzini, 2004, p. 29), fomentado pela internação dos menores *abandonados e delinquentes*.

Na Era Vargas, foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), herdando o modelo idealizado pelo Juízo de Menores, recebendo por cada indivíduo internado. No entanto, a instituição ganhou notoriedade ao ficar conhecida por “fabricar criminosos” (Rizzini, 2004, p. 34). Como estava no período ditatorial de Vargas, a imprensa foi um grande veículo para divulgação dos abusos e, ao mesmo tempo, construía a imagem criminosa desse grupo.

Em 1964, surgiram as Fundações Estaduais de Bem-Estar ao Menor (FUNABEM), funcionando como internatos. Apesar de ter sido promulgado o Código de Menores que estabelecia a maioria penal aos dezoito anos, o ideal de repressão e correção às crianças e aos adolescentes que agiam em contrariedade às normas legais se perpetuava, justificando a marginalização cada vez mais severa desses grupos considerados em situação irregular.

Na década de 80, passa a ser discutida a eficácia dessa medida de internação em seminários, publicações e discussões os quais buscavam por alternativas (Rizzini, 2004). Nesse momento pós Ditadura Militar, com a redemocratização, foram realizados movimentos sociais da própria população e protestos dos menores internados que sinalizavam a necessidade de mudanças.

Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, já havia previsão no artigo 227 de uma série de direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes e coibição de qualquer ato repressivo que pudesse colocar em risco a sua eficácia.

Mesmo com a previsão constitucional, a sociedade sentiu a necessidade de promulgar uma legislação mais específica que, após seis versões, fez nascer em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Somente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, conferindo responsabilidade às famílias e ao próprio Estado. Foi por meio do estatuto que foi instituída a Doutrina da Proteção Integral, podendo ser caracterizada como “[...] ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o maior interesse da criança” (Veronese, 2011, p.37).

Nesse sentido, a Doutrina da Proteção Integral confere prerrogativas às crianças e aos adolescentes, colocando-os como prioridade em ações judiciais e garantindo que todos os direitos fundamentais atinentes ao melhor interesse sejam cumpridos. Ademais, visa coibir quaisquer atos que impeçam a execução dos direitos, uma vez que são pessoas que estão em desenvolvimento físico, moral e psicológico. Considerando que é um grupo de pessoas vulneráveis e estão sujeitas a tratamentos cruéis desde a Idade Média, faz-se necessária a proteção jurídica tutelada em diversas normas do ordenamento jurídico brasileiro.

3 CONDIÇÃO CONTEMPORÂNEA DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe mudanças relevantes, principalmente no que diz respeito ao abrigo como providência utilizada em caráter excepcional de proteção às crianças e a internação como última medida socioeducativa de privação de liberdade aplicada aos adolescentes em conflito com a lei (Rizzini, 2004, p. 48). No entanto, embora haja previsão legal, na prática as unidades socioeducativas não seguem o ideário preconizado nos atos normativos, conforme será relatado ao longo desta seção.

Segundo Liberati (2006), a medida socioeducativa tem caráter impositivo, sancionatório e retributivo, isto é, é uma providência do Estado aplicada independente da vontade do adolescente na situação onde ele tenha conduta contrária à lei. Todavia, a perda de liberdade deve ser aplicada em caráter excepcional, como uma última alternativa, uma vez que o artigo 112 do ECA prevê

alternativas à internação, como advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, entre outras medidas.

Ainda que o artigo 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente confira direitos aos adolescentes de serem educados pelos agentes executores de medidas socioeducativas sem o uso de castigos físicos e qualquer medida cruel ou degradante, há relatos de denúncias de maus-tratos e violação aos seus direitos desde a criação do ECA que se perpetuam até o presente. Esta constatação é o reflexo do desmazelo enfrentado desde a Idade Média, atribuindo-lhes responsabilidades precocemente e sequer tendo o mínimo de desenvolvimento psicológico para encará-las.

Em julho de 2021, foi instituída a Força-Tarefa para fiscalização das Unidades de Internação do DEGASE pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Resolução GPGJ nº 2.425) para apurar notícias de maus tratos e tortura contra adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas e condutas desviantes dos agentes socioeducativos do local, situação que gerou grande repercussão social (Rio de Janeiro, 2021).

Por meio da Força-Tarefa, houve vários afastamentos de agentes socioeducativos pela prática de violência institucional, obtendo suspensão cautelar de função pública. Ainda de acordo com o relatado em notícia produzida pelo MPRJ, a Força-Tarefa revela várias violações aos direitos dos adolescentes, inclusive casos de crime de tortura, corrompendo o preceito instituído pelo ECA e SINASE (lei nº 12.594/2012).

Em 07 de dezembro de 2021, o MPRJ apresentou o resultado do Força-Tarefa realizado nas Unidades do Degase do Norte Fluminense, nas quais foram utilizados equipamentos de última geração para projeto de mapeamento das unidades, utilizando câmeras que conseguem captar pontos cegos. A medida deve-se aos relatos de abusos sexuais contra adolescentes no ano de 2021 na unidade Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (PACGC) e violência institucional na Escola João Luiz Alves (EJLA).

Em 26 de outubro de 2023, o MPRJ noticiou que a próxima unidade a ser mapeada é o Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, em Campos dos Goytacazes, objeto de pesquisa do presente trabalho. Em 19 de outubro deste ano foi realizada a primeira visita técnica pela equipe da Divisão de

Evidências Digitais e Tecnologia da (DEDIT/CSI/MPRJ), bem como pela Subcoordenadora do CAOIJ - Infracional.

Enquanto não há o resultado do mapeamento do Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, serão utilizados como suporte argumentativo os relatos da condição contemporânea da referida unidade em entrevista com a Defensora Pública da Vara de Infância e Juventude em matéria infracional da comarca Campos dos Goytacazes-RJ, a qual descreve a estrutura do local, os métodos educativos aplicados aos adolescentes e demonstra seu ponto de vista ao sugerir mudanças realistas para o combate à violência institucional.

A Defensora Pública relata que quando à estrutura há sete alojamentos onde comportam cinco jovens cada, bem como há quatro unidades de internação e uma unidade de internação provisória. A capacidade de acolhimento é de noventa e seis adolescentes, sendo vinte jovens destinados à internação provisória e setenta à internação definitiva, atingindo a capacidade máxima da unidade socioeducativa em questão.

Em relação à condição da unidade, é importante relatar que não há ventilação adequada e que a própria família do adolescente deve fornecer o ventilador caso tenha. Além disso, a limpeza não é satisfatória, uma vez que aparecem insetos e o banheiro encontra-se no mesmo local em que os jovens dormem, revelando nítida insalubridade. O fato mais alarmante é a falta de água para o uso apropriado, impondo aos jovens a necessidade de racionamento, permitindo utilizá-la seis vezes durante o dia e por curto período de tempo.

Destaca-se que a maior parte dos jovens são negros hipossuficientes, comprovando os graves reflexos do Período Colonial na contemporaneidade, considerando que quase exclusivamente as crianças alvos de maus tratos eram filhas de escravas. Aliás, basicamente todos os adolescentes são atendidos pela Defensoria Pública em razão da hipossuficiência, a qual conta com defensores e estagiários que realizam visitas semanalmente para avaliar a condição dos adolescentes assistidos.

Há ainda muitos relatos de agressão entre os jovens, no entanto é mais comum a prática de maus tratos pelos agentes socioeducativos aos adolescentes, como nos casos de uso de spray de pimenta indiscriminadamente, contrariando o artigo 125 do ECA e os artigos 63 e 64 do instrumento internacional denominado

Regras Mínimas das Nações Unidas para Jovens Privados de Liberdade. É imprescindível dizer que nenhum agente possui crachá funcional, revelando ser impossível identificar qualquer pessoa que venha a agredir os jovens para eventual denúncia.

Recentemente tem ocorrido casos de automutilação dos adolescentes na unidade socioeducativa, caracterizado como um sintoma de possíveis transtornos mentais. Nesse compasso, é inegável que a situação precária do local e o tratamento desumano impedem a efetiva (re)socialização. Aliás, Veronese (2015) afirma a necessidade de um olhar social dos agentes, para verificar onde nasce a exclusão do jovem e, conjuntamente, uma análise político-econômica que enxerga situações de segregação e de ataque aos direitos fundamentais a fim de que seja possível conceder apoio pedagógico.

Segundo Veronese, o apoio pedagógico consiste em:

[...] que o adolescente tenha acesso à tudo o que for preciso para que possa superar a sua situação de exclusão social, que o auxilie na sua ressignificação de valores, com vistas a uma efetiva participação na vida social, de forma que torne clara a dupla dimensão da medida socioeducativa: a jurídico-sancionatória, uma vez que o adolescente é responsabilizado estatutariamente pelo sistema de justiça (Poder do Estado) e a dimensão ético-pedagógica, que configura essencialmente a dimensão da educação como forma de inclusão cidadã (2015, pg. 131).

De acordo com Freire (1987) a dialogicidade é o método de comunicação adequado para o rompimento da relação de dependência entre opressor e oprimido, pois é por meio dela que há uma verdadeira transformação para que possam acreditar em si mesmos e alcançarem sua própria liberdade. Dessa forma, a comunicação cria o aprendizado em conjunto e só por meio dela é que será possível romper os obstáculos entre os agentes e os adolescentes, uma vez que ninguém educa ninguém, todos se educam em comunhão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscou-se evidenciar possível inobservância ao princípio da dignidade da pessoa humana nas unidades socioeducativas, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, em razão dos relatos de maus tratos ainda pertinentes nestes locais, a partir de pesquisa

bibliográfica de obras que revelam a questão histórica da violência institucional e relatos sobre observação de campo que demonstram com detalhes a situação precária a que estão submetidos.

Para alcançar a compreensão da inobservância ao referido princípio basilar na prática, definiu-se dois objetivos específicos. A primeira seção tratou do histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e revelou que o tratamento inadequado conferido às crianças e aos adolescentes, apesar dos avanços, está presente até nos dias atuais. Já a segunda seção versou sobre a condição contemporânea das unidades socioeducativas, a qual permitiu analisar a situação precária estrutural e o método socioeducativo falho aplicado pelos agentes que impossibilitam a (re)socialização.

Dessa forma, a hipótese de que há violação ao princípio da dignidade da pessoa humana se confirmou uma vez que restou clara as condições mínimas de dignidade vivenciadas nas unidades socioeducativas e os diversos relatos de violência institucional noticiados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e pela própria Defensora Pública em atuação na Vara da Infância e Juventude responsável por realizar visitas semanais no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves.

Sendo assim, verifica-se que os métodos socioeducativos aplicados não são eficazes e descumprem o preceito fundamental defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de Proteção Integral. A constatação deve-se ao fato de que as unidades socioeducativas não cumprem com o seu papel pedagógico para possível (re)socialização e muito menos são eficientes para diminuir as chances de reincidência, conforme coleta de dados de um artigo produzido pelo Centro de Pesquisa do MPRJ.

Na ocasião de pesquisas futuras, pretende-se fazer visitas nas unidades socioeducativas, em especial o Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, para a descrição rica da estrutura e do método socioeducativo aplicado aos adolescentes, sugerindo mudanças tangíveis para o alcance dos ideais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação de um método essencialmente educativo.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Livia Maria Almeida do **diagnóstico da execução de medidas socioeducativas de meio fechado no Estado do Rio de Janeiro**. CENPE, Rio de Janeiro, p. 5, dez.2020.

DEL PRIORE, Mary (Org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 3, p. 28 (Caminhos da História).

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick: tradução Joice Elias Costa – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo. Malheiros, 2006.

MPRJ. **MPRJ realiza escaneamento tridimensional de todas as unidades do Degase da capital**, <https://www.mprj.mp.br/web/guest/visualizar?noticiald=113719>. Acesso em 15 de nov. de 2023.

MPRJ. **Força-Tarefa obtém mais um afastamento de agente socioeducativo autor de violência institucional em Unidade Socioeducativa do Degase**, 28 de <https://www.mprj.mp.br/web/guest/visualizar?noticiald=113719>. Acesso em 15 de nov. de 2023.

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. **O Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894): Uma instituição disciplinar de assistência à infância desamparada na Corte Imperial**. ANPUH, p. 2, 22 a 26 de julho de 2013.

RIO DE JANEIRO. Resolução GPGJ nº 2.425, de 16 de julho de 2021. **Dispõe sobre a instituição da Força-Tarefa e dá outras providências**. Rio de Janeiro, RJ. Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Rio de Janeiro, 2021.

RIZZINI, I. & RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

VERONESE, J. R. P. **O adolescente autor de ato infracional sob a perspectiva da intersetorialidade**. Revista do Direito, n. 47, p. 27, 16 set. 2015.